



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____
Folha: ____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 3 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 7 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Ratificação à Alteração Orçamental N.º 2/2018 e Alteração às Grandes Opções do Plano N.º 2/2018; -----
2. Proposta de Protocolo entre a Câmara Municipal de Penamacor e a Associação Bandeira Azul da Europa; -----
3. Proc. N.º MB - 15/2017 – Prorrogação Graciosa do Prazo de Execução da Empreitada: “Requalificação Urbana do Centro de Salvador”; -----
4. Proc. N.º MB - 15/2017 – Autorização para celebração de contrato adicional à Empreitada: “Requalificação Urbana do Centro de Salvador”; -----
5. Aprovação do Tarifário dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento e Recolha de RSU’s para 2018; -----
6. Adenda ao Protocolo – Transportes Escolares; -----
7. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Domingos Manuel Bicho Torrão, Sandra Maria Pires Vicente e Anabela Castilho Campos comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 18 de janeiro do ano de dois mil e dezoito, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

A Sr.^a Vereadora Sandra Vicente salientou a importância do evento Festa das Varas do Fumeiro de Aranhas, organização conjunta entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Aranhas que contou com provas gastronómicas, música tradicional e animação de rua. Evento que visou preservar a tradição local e promoção do enchido. Congratulou-se com a afluência de visitantes. ----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 2/2018 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 2/2018. -----

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 22 de janeiro de 2018, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----

Submetida a ratificação foi aprovada por unanimidade. -----

2 – PROPOSTA DE PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR E A ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL DA EUROPA. -----

Ref.^a _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“O Eco-Escolas é um programa internacional da “Foundation for Environmental Education”, desenvolvido em Portugal desde 1996 pela ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa. Este programa Pretende encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pelas escolas, no âmbito da Educação Ambiental para a Sustentabilidade. -----

-O Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches manifestou interesse em continuar a participar ativamente no Programa Eco-Escolas. Para a concretização dessa intenção, é necessário que o Município manifeste interesse em colaborar com a escola e estabeleça com a ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa, um protocolo para enquadramento de parceria, agora para o ano letivo de 2017-2018. -----

Assim, tendo em conta o compromisso de colaboração com a ABAE no sentido da implementação e desenvolvimento no concelho do Programa Eco-Escolas, e tendo em conta as atribuições dos municípios em matéria de educação mencionadas na alínea d) do nº 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho à Câmara Municipal que, no uso da competência para apoiar atividades de natureza educativa ou outras de interesse para o Município, que lhe está atribuída pela alínea u) do nº 1 do artigo 33º do mesmo diploma, autorize o Município a estabelecer e formalizar com a ABAE - Associação Bandeira Azul da Europa uma Parceria para o ano letivo de 2017-2018. cujos termos e condições constam do documento que se anexa e para todos os efeitos se dá por reproduzido. -----

Mais proponho que, por força do estabelecimento da Parceria referida, seja deliberado autorizar o pagamento de € 70,00 correspondente ao pagamento do valor da inscrição do Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches no Programa Eco-Escolas. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento em anexo, e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA". -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

3 – PROC. N.º MB – 15/2017 – PRORROGAÇÃO GRACIOSA DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA: “REQUALIFICAÇÃO URBANA DO CENTRO DE SALVADOR”. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal nos termos da alínea b) n.º 1 do artigo 18.º do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, autorizar a prorrogação graciosa do prazo da empreitada “Requalificação Urbana do Centro do Salvador”. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente propostas, que dela fazem parte, nomeadamente: carta apresentada pela firma António Lourenço, Lda., de 10 de janeiro de 2018 e informação técnica (Processo 36/2018 EXT), de 12/jan./2018. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

A concessão da prorrogação graciosa do prazo (sem direito a revisão de preços), por 78 dias seguidos, incluindo sábados, domingos e feriados, para execução da empreitada em epígrafe, até ao dia 4 de maio de 2018, solicitada pela firma António Lourenço, Lda.; -----

Autorização para notificar o adjudicatário da prorrogação graciosa do prazo concedida; -----

A aprovação em minuta, da presente decisão, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

4 – PROC. N.º MB – 15/2017 – AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ADICIONAL À EMPREITADA: “REQUALIFICAÇÃO URBANA DO CENTRO DE SALVADOR”. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal nos termos da alínea b) n.º 1 do artigo 18.º do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, autorizar a celebração do adicional da empreitada “Requalificação Urbana do Centro do Salvador”. -----

O Valor estimado da despesa é de € 11 704,14 resultante de trabalhos a mais cuja espécie ou quantidade não estava prevista no contrato, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, no montante de € 702,25, a que corresponde um valor global de despesa de € 12 406,39. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente propostas, que dela fazem parte, nomeadamente: Informação n.º 15/2018, de 17/jan./2018, acompanhada da respetiva Ficha do Compromisso. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

Autorização para realização de despesa cujo preço contratual será de € 11 704,14; -----

Autorização para notificar o adjudicatário para a realização dos trabalhos e prestação de caução no valor de € 585,21 (5% do preço contratual); -----

Determinar o envio de cópia dos elementos do processo à Sr.ª Oficial Pública, para providenciar a elaboração da minuta do contrato adicional para aprovação.

A aprovação em minuta, da presente decisão, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

5 – APROVAÇÃO DO TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO E RECOLHA DE RSU'S PARA 2018. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor vice-presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando que nos termos do artigo 5º dos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, são atribuições de regulação económica desta entidade, designadamente, regulamentar, avaliar e auditar a fixação de tarifas praticadas pelas entidades gestoras dos serviços de água e resíduos, nos termos definidos na legislação e regulamentação aplicáveis e emitir recomendações sobre a conformidade dos mesmos; -----

De acordo com o constante no nº 7 do artigo 21º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é estabelecido que as tarifas municipais relativas à prestação dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos estão sujeitas ao parecer da entidade reguladora no que respeita à sua conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor; -----

Assim: -----

Foi delineada uma proposta de tarifários para 2018 e submetida à apreciação, através do preenchimento e submissão no Portal da ERSAR do ficheiro correspondente, do qual a entidade reguladora já emitiu parecer, o qual se anexa à presente proposta. -----

Pelo que se propõe à câmara municipal que delibere relativamente ao tarifário a aplicar em 2018, em anexo à presente proposta e ao abrigo da competência que lhe está atribuída na alínea e) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais, sem prejuízo das competências legais das entidades reguladoras. -----

A proposta foi aprovada por maioria, com a abstenção do senhor vereador, Domingos Torrão, justificando o sentido de voto pelo facto do município se sujeitar às regras instituídas pela ERSAR. -----

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

6 – ADENDA AO PROTOCOLO – TRANSPORTES ESCOLARES. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Face aos aumentos dos preços dos transportes públicos de passageiros reportados a 1 de janeiro de 2018, veio a operadora de transportes coletivos de passageiros Rodoviária da Beira Interior, SA., com a qual foi celebrado protocolo em 2006, apresentar valores para a atualização dos custos vigentes, de acordo com o aumento verificado na percentagem ponderada para os escalões de 0-22 Km e que é de 1,73 % (vd. Despacho Normativo nº 21-A/2017, de 11 de dezembro).-----

Em consequência dos referidos aumentos de preços, torna-se necessário atualizar a atual versão do Protocolo. -----

Assim, atendendo à competência atribuída à Câmara Municipal, nos termos do disposto artigo 33º, nº 1 alínea gg), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que seja deliberado: -----

Atualizar, por Adenda ao Protocolo, os valores a suportar com as carreiras de transportes nos termos seguintes: -----

Nº	Carreira	Valor dia (Protocolo 2017- 2018)	Valor dia (atualizado a 1.1.2018 – 1.73%)
1	Bemposta- Penamacor	€ 104,66	€ 106,47
2	Benquerença - Penamacor	€ 104,66	€ 106,47
3	Meimão - Penamacor	€ 104,66	€ 106,47
4	Salvador - Penamacor	€ 104,66	€ 106,47
Tota l		€ 418,64	€ 425,88



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

A assinatura do protocolo e os pagamentos que dele resultem apenas serão satisfeitos pela Câmara Municipal de Penamacor existindo fundos disponíveis nos termos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, e após emissão do compromisso respetivo". -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

7 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 10.961.208,90 euro e uma despesa também acumulada de 8.024.913,87 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

-

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram onze horas, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares